

1.3. Regularização LC 940/2021 (Lei específica)

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- REQUERIMENTO ESPECÍFICO;
 - DOCUMENTO DE IDENTIDADE do proprietário ou possuidor (RG e CPF);
 - CERTIDÃO DE MATRÍCULA (recente);
 - RRT/ART do profissional responsável pelo LAUDO DE VISTORIA;
 - RRT/ART do profissional responsável pelo LEVANTAMENTO CADASTRAL do imóvel;
 - Relatório de VISTORIA;
 - 04 (quatro) vias impressas do LEVANTAMENTO CADASTRAL;
- comprovante do pagamento de taxa equivalente a 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município (UFMs);

Documentos específicos de edificação comercial, industrial ou institucional:

- Relatório de ACESSIBILIDADE (exceto para Residências Unifamiliares);
- Cópia de Projeto Aprovado anteriormente, com o respectivo Habite-se (caso se aplique);
- Se pessoa jurídica: cópia do contrato social e do documento de identidade do representante legal;
- Ficha de análise prévia (documento optativo);
- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (quando aplicável);
- Em caso de imóveis localizados no entorno de bens tombados, será necessária a apresentação do deferimento do conselho de preservação do patrimônio histórico pertinente;
- Licenciamento Ambiental Municipal ou CETESB (de acordo com a atividade - consultar legislação própria);
- Projeto aprovado junto à Vigilância Sanitária (de acordo com a atividade - consultar legislação própria);

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Lei Complementar nº 940/2021 – Regularização de obras executadas em desacordo com a legislação municipal vigente;
- Lei Complementar nº 941/2021 – Projeto Simplificado;
- Decreto nº 12.568/2021 – Regulamenta o Projeto Simplificado;
- Lei Complementar nº 850/2014 – Plano Diretor;
- Lei Complementar nº 858/2014 – Plano Diretor de Zoneamento e Uso do Solo
- Lei Complementar nº 21/1998 – Código de Obras compilado;
- Lei Complementar nº 922/2020 – Aproveitamento de Água de Chuva;
- Lei Ordinária nº 5.201/1999 – Rebaixamento de guias;
- Lei Ordinária nº 8.750/2016 – Áreas Computáveis e Não Computáveis para o cálculo dos índices de ocupação e aproveitamento;
- Lei Complementar nº 836/2013 – Grades em Piscinas;
- Lei Complementar nº 14/1996 – Código de Arborização Urbana compilada;
- Lei Ordinária nº 8.040/2013 - Normas de proteção contra incêndio;
- Norma de Acessibilidade NBR 9050